

O desperdício do jornalismo opinativo na cobertura da posse de Jair Bolsonaro

Gislene Silva
Jessica Gustafson Costa
Rafael Rangel Winch
Valentina Nunes

Resumo:

Passados mais de três anos da posse do presidente Jair Bolsonaro, a leitura crítica dos editoriais, colunas e artigos das edições da *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* nos dias 1º e 2 de janeiro de 2019, realizada neste estudo, revela a opinião política publicada no momento da entrada do novo governo. Os espaços específicos para a opinião na imprensa devem contextualizar, explicar fatos, ponderar sobre o futuro, argumentar sobre riscos e possibilidades, uma vez que conta com bastante mais liberdade do que a permitida pela cobertura do jornalismo informativo. Para isso, o jornalismo opinativo deve acionar diferentes perspectivas que aprofundem o entendimento dos acontecimentos. Não foi o que se viu no material analisado. Predominou uma visão única, calcada nos supostos benefícios econômicos das reformas estruturantes, sem dar atenção aos muitos e prováveis retrocessos nas políticas públicas para a educação, no campo do racismo, do ambientalismo, dos direitos sociais, da cultura e, o mais grave, sem tratar das escancaradas ameaças antidemocráticas.

Palavras-chave: Jornalismo e política. Jornalismo opinativo. Cobertura jornalística. Posse de Jair Bolsonaro.

The waste of opinionated journalism in the coverage of Jair Bolsonaro's inauguration

Abstract:

After more than three years of President Jair Bolsonaro's inauguration, the critical reading of editorials, columns and articles in the *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* and *O Globo* editions on January 1st and 2nd, 2019, reveals the political opinion published at the time of the inauguration of the new government. The specific spaces for opinion in the press must contextualize, explain facts, ponder the future, and argue about risks and possibilities, since it has a lot more freedom than the coverage of informative journalism allows. For this, opinionated journalism must activate different perspectives that deepen the understanding of events. This was not what was seen in the material analyzed in this study. A single vision prevailed, based on supposed economic benefits of structural reforms, without considering the many and likely setbacks in public policies for education in the fields of racism, environmentalism, social rights, culture and, most severely, without considering the notorious anti-democratic threats.

Keywords: Journalism and politics. Opinion journalism. News coverage. Inauguration of Jair Bolsonaro.

Recebido em: 15.08.21
Aprovado em: 20.01.22

Gislene Silva

Professora Titular aposentada pelo Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

E-mail: gislenedasilva@gmail.com

Jessica Gustafson Costa

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJOR) da Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc).

E-mail: je.g.costa@gmail.com

Rafael Rangel Winch

Doutor em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

E-mail: rangelrafael16@hotmail.com

Valentina Nunes

Professora do Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

E-mail: valentina8nunes@gmail.com

Estudos em Jornalismo e Mídia
v.19, n.1, jan./jun. 2022.
ISSNe 1984-6924

Em tempos de avalanche de opiniões em circulação, de informações em excesso, mal apuradas e falsas, aumenta a relevância do jornalismo de opinião, do qual se espera que forneça contextualização, análise, avaliação e explicação (KELLING, K., THOMAS, R., 2018, p. 5, *em tradução própria*). Não foi o que se viu na cobertura do jornalismo opinativo realizada pelos três maiores jornais do país nos dois dias da entrada do presidente Jair Bolsonaro no governo. Passados quase quatro anos da posse de Bolsonaro, já se torna possível colocar em perspectiva as opiniões apresentadas nos jornais, percebendo que muitas questões eram altamente previsíveis. De outras tantas, claro, não se tinha conhecimento público. Não havia como imaginar que o país, assim como o mundo, seria assolado por uma grave pandemia, gerando tragédias de ordem sanitária, econômica e social. À perda de mais de 620 mil vítimas pela Covid-19 no Brasil se somaram denúncias de corrupção na compra de imunizantes, o recorde de quase 15% de desemprego, a disparada dos preços dos alimentos, do gás de cozinha, da gasolina, a subida do dólar, os prejuízos da crise hídrica e energética. E, claro, os registros de reprovação de mais de 50% do governo de Jair Bolsonaro por parte da população brasileira desde o início do mandato.

Se era impossível imaginar em janeiro de 2019 o caos que viveríamos devido à pandemia no ano seguinte, não eram raras as possibilidades de, voltando o olhar para o passado político recente, perceber indícios nítidos de que aceitar o inaceitável em razão de uma única esperança – a melhoria da economia – era apostar alto demais na entrada do novo governante no poder. Por se tratar de um evento programado, a cobertura da posse dá tempo para bom trabalho de pré-apuração e permite, em princípio, análises aprofundadas a respeito do que se poderia esperar do governo de extrema direita que assumia a presidência da República. Porém, é bastante desanimador observar como editoriais, colunas e artigos de importantes jornais brasileiros exerceram mal sua função de ajudar os cidadãos a compreender o novo ciclo político que se inaugurava no início de 2019 e sob o qual deveriam viver os quatro anos seguintes. Explicitar e discutir essa cobertura de jornalismo opinativo é o objetivo deste estudo, que integra uma pesquisa mais ampla sobre o tratamento jornalístico dado a esta última posse presidencial, iniciada com a análise do trabalho de apuração e pré-apuração na cobertura jornalística nos dois primeiros dias da entrada do governo de Jair Bolsonaro feita pelos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, pelos portais *UOL* e *GI* e pelas revistas *Carta Capital*, *Época*, *Istoé* e *Veja* (SILVA, G; SILVA, T; BERTASSO, NUNES, GUSTAFSON e AZEREDO, 2020). Depois, a pesquisa se desdobrou em artigo sobre o uso das fontes nesses mesmos veículos, artigo a respeito das particularidades da cobertura de portais e mais um trabalho de análise de opinião e enquadramento nas revistas semanais¹. Agora, nesta última etapa, a pesquisa se volta para a cobertura opinativa verificada nos dias 1.º e 2 de janeiro de 2019 dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

Contando as edições dos três impressos nos dois dias, verificou-se os totais de 6 editoriais (3 *Folha*, 2 *Estado* e 1 *Globo*), 23 textos de colunistas (8 *Folha*, 4 *Estado* e 11 *Globo*) e 15 artigos assinados (5 *Folha*, 6 *Estado* e 4 *Globo*). A análise desses materiais se deu pela leitura crítica via observação e anotação dos pontos destacados pelos editorialistas, colunistas e articulistas e dos tons de suas opiniões, de modo a apresentar nossas impressões sobre o entendimento possibilitado por espaços nobres nos jornais, lugares da opinião jornalística a serviço da formação de opinião pública. Desta forma, a impressão resultante da leitura crítica dos textos selecionados previamente em grupo de pesquisa, tendo como critério de seleção a abordagem temática da cobertura da posse e do novo governo, visa a explorar a tônica expressa por esses veículos nos diferentes materiais opinativos no momento da posse de Jair Bolsonaro, sem pretender supor ou mensurar

¹Pesquisa desenvolvida pelos membros do grupo de pesquisa Transverso – Estudos em Jornalismo, Interesse Público e Crítica, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJOR-UFSC).

mudanças de posicionamento nos meses posteriores por esses mesmos veículos. Mesmo optando por um recorte temporal curto, a significância do acontecimento – uma posse presidencial na sequência de um processo de impeachment questionável, que destituiu do cargo Dilma Rousseff – nos pareceu emblemático e merecedor de atenção e análise.

Não se ignora aqui que a opinião perpassa os textos informativos também, e mesmo as imagens, mas nosso propósito neste estudo é pesquisar textos jornalísticos do gênero opinativo, motivados, de início, por estes serem menos estudados por pesquisadores brasileiros, e não só: conforme ressaltam Kelling e Thomas, o jornalismo de opinião tem sido tratado de forma inadequada na pesquisa em jornalismo e pouco se sabe sobre essa área em relação a outros aspectos mais estudados do jornalismo (KELLING e THOMAS, 2018, p. 1, em tradução própria). Para Thomas, o jornalismo de opinião tem sido ridicularizado de forma injusta por falta de substância e mérito jornalístico. Isso se deve, em parte, ao estrangulamento que a objetividade tem sobre sistemas de imprensa como os dos Estados Unidos, onde as especialidades jornalísticas que não se conformam com a objetividade são inutilmente caluniadas, em vez de levadas a sério pelo que elas podem trazer ao discurso público (THOMAS, 2019, p. 6). E, depois, motivados também por estes textos serem autorizados a expressar às claras a opinião do veículo, de seus colunistas e articulistas. Num momento de enorme relevância para a vida dos brasileiros, por ser empossado um governante de extrema direita eleito pelo voto popular, os textos jornalísticos de opinião, de modo mais livre do que pode fazer o jornalismo informativo, têm a prerrogativa e a responsabilidade de publicar as expectativas a nos animar, as precauções que devemos tomar, os riscos a que estamos sujeitos, os temores e os perigos frente aos quais devemos ficar atentos e nos defender na arena política.

Opinião pública publicada

O tema da opinião pública ocupa lugar de destaque no campo da Comunicação, em especial nos estudos de comunicação e política, tendo como centralidade as relações entre mídia e democracia. Wilson Gomes, ao discutir expressões associadas ao fenômeno da opinião política (como “opinião pública”, “formação de opinião”, “debate público”), perpassa algumas alternativas de compreensão do termo. Primeiramente, parte do sentido tradicional. Nesse caso, opinião pública “significaria um repertório comum de posições, juízos, teses e hipóteses sustentado pelo público a respeito das coisas, estados de coisas, relações, circunstâncias, pessoas, fatos, questões, instituições (...)” (2009, p. 92). No entanto, verificando exemplos de uso do termo em matérias jornalísticas, Gomes entende que não há correspondência entre o significado acima e tais usos, e sugere avaliar outra alternativa, que consiste em entender opinião pública

como referida ao “conjunto abstrato de público”, ao “público genericamente considerado” ou, simplesmente, “à população”. Sustento que se possa dotar plenamente de sentido as expressões acima apresentadas se pensarmos a opinião pública como uma grandeza demográfica, uma entidade socio-psicológica equivalente a algo como o público, a população, o eleitorado ou, simplesmente, o povo. (...) É interessante notar, todavia, que embora tenha mudado sua referência, a expressão parece ainda estar associada ao fenômeno da opinião, na medida em que deixa de designar a opinião do público para designar o sujeito coletivo de opiniões. (GOMES, 2009, p. 94 e 95).

Quando continua examinando os usos recentes da expressão, o autor passa à necessidade de se reformular tal definição, considerando não mais o sujeito coletivo capaz de manifestar decisões, mas um outro conjunto importante de questões relativas à opinião no campo político contemporâneo, o que diz respeito ao “fenômeno

da opinião publicada, isto é, da opinião exposta e disponível socialmente” (GOMES, 2009, p. 96). E continua:

A esfera da publicidade social é, antes de tudo, esfera de exposição, de mostra e de consumo de materiais de toda a espécie, inclusive compilações informativas sobre a atualidade. Compilações que são transformadas, pela recepção, em insumos para o pensar, o dizer, o discutir, o conversar, em parâmetro para a orientação das decisões e em disposições nos campos cultural, econômico e político. (...) Trata-se do âmbito específico dos juízos de valor, das teses, enfim, das opiniões sobre qualquer matéria política publicada, no sentido de opinião expressa, manifestada, exibida publicamente. (GOMES, 2009, p. 97).

Tal sistema de produção da opinião publicada depende, entre tantos agentes, e ainda segundo Gomes, da indústria da informação, principalmente dos jornalistas, e de modo mais específico dos que trabalham com jornalismo opinativo. A produção da opinião pública publicada atua politicamente no debate público. “Através dessa visibilidade na esfera dominante, pretende-se fazer com que o público que a ela se expõe adote como própria a opinião publicada por um sujeito de interesses, selecionando-a dentre as outras posições oferecidas no debate público” (GOMES, 2009, p. 104). A gravidade da questão está na correlação entre a opinião publicada pelos veículos de imprensa e a sustentabilidade democrática. Trata-se de um fundamento ou, no mínimo, de um pressuposto indispensável. Para Figueiras, o espaço de opinião nos jornais sustenta a sua validade na simulação de um espaço público de opiniões em confronto.

Enquadrados nas sociedades democráticas, os media, entendidos como instituições que garantem e reflectem a democracia, desempenham um papel fundamental na dinamização da Opinião Pública, quer através da informação que disponibiliza, quer através do Espaço Opinião, espaço simbólico de confronto de discursos (FIGUEIRAS, 2003, p.90).

No entanto, há muitas ressalvas aí. Ao problematizar a “privatização do social e do político”, Marilena Chauí sugere que está ocorrendo a destruição da opinião pública, com perda de seu lugar nas democracias. Isso se dá, segundo Chauí, por três deslocamentos. O primeiro, enumera a autora, o da substituição da ideia de uso público da razão para exprimir interesses e direitos de um indivíduo, um grupo ou classe social pela ideia de expressão em público de sentimentos, emoções, gostos e preferências individuais; o segundo, o da substituição do direito de cada um e de todos de opinar em público pelo poder de alguns para exercer esse direito, surgindo, assim, a curiosa expressão “formador de opinião”, aplicada a intelectuais, artistas e jornalistas; e o terceiro deslocamento decorre da formação de oligopólios midiáticos globalizados, e se refere à forma de ocupação do espaço da opinião pública pelos profissionais dos meios de comunicação (CHAUI, 2006, p. 11). Muito do que se critica no âmbito do jornalismo opinativo diz respeito à sua expressão como a voz dos detentores desses oligopólios e como interesse de sujeitos específicos, tornando-o menos nobre, portanto, do que o jornalismo informativo, supostamente mais imparcial por tratar de fatos. A opinião no jornalismo é, segundo Kelling e Thomas (2018, p. 5), ocasionalmente sinalizada como um emblema do declínio jornalístico, com críticos alegando seu papel em tornar o discurso público mais grosseiro e contribuir para a polarização de atitudes políticas. Concordamos com tais críticas. Porém, queremos com este estudo insistir na relevância do jornalismo opinativo para o enfrentamento da avalanche de opiniões que diariamente relativizam fatos e dados, para atuar em tempos de campanhas massivas de desinformação e, com isso, poder exercer com ainda mais pertinência sua responsabilidade em fornecer aos leitores as doses diárias de “contextualização, análise, avaliação e explicação”, oferecendo, segundo Mont’Alverne e Marques (2015, p. 125), “um modo de compreender o mundo”.

No jornalismo, as seções de opinião foram se institucionalizando com o tempo. Muito embora venha ocorrendo cada vez mais hibridismos entre as moda-

lidades de textos de opinião e as de textos de informação, reconhece-se atualmente várias formas dentro do gênero opinativo, sendo as mais comuns o editorial, as colunas de opinião e os artigos de convidados/especialistas, as entrevistas pingue-pongue e mesmo as charges e, claro, ainda as cartas do leitor.

O editorial jornalístico (ou artigo de fundo, artigo principal, artigo editorial) e as opiniões que expressa são uma contribuição importante para a compreensão do relacionamento entre a imprensa e a política, sendo o espaço em que a tensão entre os interesses públicos e privados se tornam mais nítidos; um local para “o jornal ‘fazer política’ e pressionar o poder público (MONT’ALVERNE, MARQUES, 2015, p. 122). De acordo com Mont’alverne e Marques (2015, p. 128), neste espaço “as instituições jornalísticas procuram dizer aos dirigentes do aparelho burocrático do Estado como gostariam de orientar os assuntos públicos”, não sendo esta uma atitude inocente, mas motivada por interesses empresariais e financeiros.

Com formato e escrita distintas, os editoriais são o único lugar no jornal em que as opiniões do veículo como organização se expressam explicitamente. São “o espaço no qual a empresa usufrui da prerrogativa de agendar questões que considera relevantes” (MARQUES, SANTOS, MONT’ALVERNE, FERRACIOLI, 2020, p. 6). Nesse cenário, os editoriais se destacam por evidenciar os modos como os jornais acompanham e interpretam o andamento do processo político - inclusive exercendo pressão sobre lideranças públicas (EILDERS, 1999). O texto de opinião institucional se mostra o espaço mais adequado para aferir o que pensa uma publicação (FIRMSTONE, 2019), sobretudo por ser o espaço no qual a empresa usufrui da prerrogativa de agendar questões que considera relevantes. De acordo com Firmstone, os jornais e os jornalistas que escrevem editoriais desempenham um papel poderoso na construção do debate político na esfera pública e os editoriais ocupam um lugar especial na geografia física e de status dentro de um jornal. Muito embora requeiram um estilo e uma forma de expressão distintos, continua Firmstone, os editoriais não possuem assinatura na maioria da imprensa escrita dos países. Eles representam a voz institucional coletiva de um jornal em vez de um indivíduo (FIRMSTONE, 2019, p. 1 e p. 2). Ou nos termos de Rivas Troitiño (2011, p. 188), o editorial tem um escritor, porém seu autor é um coletivo.

Para Firmstone (2019, p. 3), os editoriais permitem que os jornais tornem conhecidas suas lealdades; que apoiem ou façam oposição a indivíduos; falem em nome de seus leitores; falem com os leitores; e falem com políticos, partidos e outras organizações. Trata-se da opinião institucional, do lugar de manifestação da voz autorizada dos veículos em relação aos acontecimentos da atualidade. Também é possível reconhecê-los como espaço que promove a relação entre os atores das instâncias formais do sistema político e grupos da sociedade civil (MAIA, 2008, p. 165). Para Rivas Troitiño (2011, p. 186), diante da opinião que o editorial mostra sobre algo, o leitor majoritariamente compartilha esse ponto de vista porque acredita que a mídia construiu o argumento para que ele chegasse a essa conclusão, não duvidando da validade dos julgamentos do veículo.

Assim como os editoriais, também as colunas têm destaque nos espaços de opinião. Também elas ocupam lugares fixos nas edições, são geralmente redigidas por jornalistas e mantêm regularidade. A diferença mais visível está no fato de as colunas serem assinadas. Porém, há muito mais que isso. Para Santamaría, a coluna é um artigo orientador, analítico, julgador e avaliativo, tanto quanto um editorial, mas a coluna é assinada e vale tanto quanto vale a sua assinatura (SANTAMARÍA citado por Linares Rodríguez, 2011, p. 103). Entre o colunista e o leitor desenvolve-se uma cumplicidade que não existe na leitura das notícias e nem mesmo dos editoriais, e muitas vezes assegura sua fidelidade ao jornal, advinda também da periodicidade deste encontro. Os colunistas querem atuar no esforço de análise e compreensão das coisas e do tempo em que vivemos. O que é significativo nas colunas de opinião, segundo Thomas, não é tanto que elas oferecem

opinião, mas sim que elas oferecem opinião dentro de uma plataforma – jornais – que há muito tem sido caracterizada pela separação rígida de fatos, notícias e informações de opinião, defesa e persuasão. Essa separação objetiva, em última instância, demonstrar para a audiência que a parte informativa – o noticiário – não foi contaminada com as impressões dos profissionais e da empresa jornalística (MONT’ALVERNE, MARQUES, 2015, p. 124)

As colunas, portanto, vão além do relato dos eventos (“aqui está o que aconteceu”), alcançam a explicação dos acontecimentos (“aqui está o que isso significa”), ajudando a torná-los compreensíveis e fornecendo ao público uma estrutura para avaliá-los (THOMAS, 2019, p. 3 e p. 7). Esta caracterização geral para as colunas de opinião tem ainda mais validade no caso das colunas políticas, que são ou devem ser mais analíticas, de crítica ao poder. Os colunistas, como lembra Linares Rodríguez (2011, p. 116), têm um modo de interrogar a realidade diferente do repórter ou, melhor, têm um modo de responder perguntas que supõe uma aproximação diferente junto aos acontecimentos e às questões da sociedade. Como colunistas que geralmente emprestam seu nome próprio à coluna, eles também têm sua escrita ordenada em uma propriedade discursiva, cuja autoria desempenha intenção classificatória. Em outras palavras, o nome de um colunista que desempenha a “função autor”, como observa Foucault (2001), acaba por caracterizar o modo de ser desses discursos:

para um discurso, o fato de haver um nome de autor, o fato de que se possa dizer “isso foi escrito por tal pessoa”, ou “tal pessoa é o autor disso”, indica que esse discurso não é uma palavra cotidiana, indiferente, uma palavra que se afasta, que flutua e passa, uma palavra imediatamente consumível, mas que se trata de uma palavra que deve ser recebida de uma certa maneira e que deve, em uma dada cultura, receber um certo status (FOUCAULT, 2001, p. 274).

É preciso considerar, ainda, que quando se trata do espaço de opinião cedido pelos jornais para artigos assinados por especialistas ou autoridades (não jornalistas, não colunistas, não editorialistas) já não há autores fixos nas edições, não há relação de afinidade construída com os leitores. E é grande a “presença de muitos convidados, com participação irregular, descontínua e espaçada no tempo” (FIGUEIRAS, 2003, p.99). Trata-se de espaços mais abertos, cujas opiniões podem estar compromissadas com entidades, organizações, empresas, causas diversas. Fica mais difícil visualizarmos um padrão para esta prática opinativa dentro dos jornais. Estes espaços, no entanto, não podem ser menosprezados na política dos veículos de imprensa para formação da opinião pública. Precisam ser estudados tanto quanto os editoriais e as colunas, especialmente no jornalismo político, com muito mais propósito de interferência no debate público.

Estudiosos especializados em gêneros de opinião, como Santamaría y Casals Carro, enumeram as funções do editorial, que, no nosso entendimento, podem ser estendidas também às colunas e aos artigos que ocupam espaços opinativos nos jornais: função de explicar os fatos, em seu aspecto mais informativo; de dar antecedentes, contextualizando as questões; de predizer o futuro, por argumentação, adiantando as possíveis consequências; de formular juízos, com objetivo de convencer, demarcando o que está bem ou está mal.

Considerados em seu conjunto, os editoriais, as colunas e os artigos que cobrem política dão configuração à “opinião política publicada”. O jornalismo opinativo, na definição de Casals Carro, é o jornalismo como literatura de ideias e gerador de opinião, isto é, o jornalismo que tenta persuadir com as afirmações que cunha, ou dissuadir a partir do que é preferível ou rejeitável da realidade sobre a qual reporta (citado por LINARES RODRÍGUEZ, 2011, p. 106).

A cobertura engendrada pelo jornalismo opinativo não é imune aos preceitos e códigos deontológicos que conformam os discursos do jornalismo informati-

vo-interpretativo. Como nos lembra Leite Junior (2019), no trabalho de apuração, colunistas podem acionar regras pragmáticas da objetividade sugeridas por Philip Meyer (1989), dentre as quais estão incluídas: sempre fornecer a fonte, obter o outro lado da história, dar espaço igual a grupos conflitantes e possibilitar que todos os interesses da comunidade tenham a mesma oportunidade de se tornar notícia. Evidentemente, dependendo de cada caso, essas estratégias são mais ou menos eficazes (LEITE JUNIOR, 2019), até porque uma adesão simplista dos métodos de apuração consolidados na atividade profissional pode também resultar em editoriais, colunas e artigos extremamente engessados e alheios às subjetividades constituintes dos assuntos em pauta. Todavia, o entendimento de que o jornalismo opinativo necessita ser fundamentado criticamente é uma premissa importante para levarmos em consideração quando assumimos o potencial de intervenção de suas produções no debate público.

Espera-se, portanto, dessa cobertura jornalística opinativa sobre política muito mais do que comentar os acontecimentos. Conta-se com ‘o que isso significa’, ‘quais as consequências prováveis’, ‘o que esperar’, ‘o que apoiar’, ‘o que defender’, ‘o que se deve evitar’, ‘o que não se pode permitir’, ‘quais os riscos à vista’, ‘que forças os endossam’, ‘quais resistências possíveis’, ‘quais parcerias necessárias’. Por tudo isso, insistimos na relevância em se pesquisar como os espaços opinativos dos três principais jornais diários do país atuaram na chegada do novo governo presidencial em 2019, um marco na guinada histórica da política brasileira para a extrema direita e para tudo o que ela poderia submeter os brasileiros em termos de conservadorismo, violência, preconceito, desrespeito e riscos antidemocráticos.

A opinião institucional nos editoriais

Os seis editoriais dos jornais *Folha de S. Paulo* (3), *O Estado de S. Paulo* (2) e *O Globo* (1) sobre a cobertura da posse do presidente Jair Bolsonaro, publicados nos dias 1º e 2 de janeiro de 2019, abordaram, sobretudo, as promessas do novo mandatário e os obstáculos presentes no caminho de uma gestão presidencial vista como adequada pelos jornais. Em comum, mas em diferentes graus, os três veículos defenderam a aprovação das reformas da Previdência e Tributária ao mesmo tempo em que criticaram a atenção que Jair Bolsonaro concedia a questões fortemente associadas ao âmbito moral e ideológico, que só aumentariam as tensões políticas do país.

Em uma análise geral de todos os editoriais publicados pelos três jornais, é notório como a *Folha de S. Paulo* foi a que mais questionou o perfil, a trajetória e os planos políticos de Jair Bolsonaro, mesmo que também tenha assumido um posicionamento em apoio às reformas. No editorial do dia 1º de janeiro, o jornal tensionou os resultados do levantamento do Datafolha sobre as expectativas da população brasileira em relação ao novo governo, evidenciando o descompasso entre as mais urgentes necessidades do país e as promessas insensatas de Jair Bolsonaro. Dentre suas ações equivocadas, destacou-se o discurso combativo ao “lixo marxista” no ensino, uma ideia, segundo o jornal, que nem de longe responderia às carências da maioria dos estudantes da rede pública. Para a voz institucional do jornal, a aversão do novo presidente a entrevistas e debates mais inquisitivos representava um problema no estabelecimento de diálogo entre diferentes setores.

O tema das reformas também teve espaço em outro editorial da *Folha de S. Paulo* publicado no dia 2 de janeiro. Nesta ocasião, o veículo reafirmou a postura questionável de Jair Bolsonaro referente à criação de inimigos como tentativa para se promover socialmente. Em outras palavras, segundo o jornal, o novo presidente necessitava criar vilões reais ou imaginários para combater discursivamente e, assim, promover sua agenda política. A partir deste editorial, a *Folha de S. Paulo* assumiu sua defesa pelas “reformas de fato prioritárias” que seriam alcançadas a

partir de “acordos políticos renovados”. Para tanto, de acordo com o jornal, seria necessário “realismo” por parte de Jair Bolsonaro e de sua convivência democrática com o Congresso particularmente.

O Estado de S. Paulo e *O Globo* foram mais incisivos na defesa das reformas. Em seu primeiro editorial sobre a chegada do novo governo, *O Estado de S. Paulo* expôs o entendimento de que a vitória de Jair Bolsonaro foi justa, mas que “uma fatia expressiva dos brasileiros” não viu nele o “reformista que o país tanto precisa”, mas sim o homem que se comprometeu a deixar para trás o “terrível legado petista”. Assim como os demais jornais, *O Estado de S. Paulo* enfatizou uma percepção incômoda sobre Jair Bolsonaro gastar demasiada energia na chamada “faxina moral e política”. A narrativa reconheceu que grande parte dos eleitores do presidente esperava uma ação vigorosa e imediata contra a “influência da esquerda” na educação, nas artes e nos costumes. Todavia, a tônica discursiva do veículo foi enfática ao argumentar que Jair Bolsonaro não poderia perder de vista a urgência das reformas, mesmo que a redução de gastos públicos seja normalmente vista como medida impopular. Em um trecho do editorial, o veículo explicita a ideia de que “é preciso cortar a carne”, isto é, fazer outros sacrifícios para além do enxugamento de ministérios e vendas de estatais. Partindo de uma compreensão de que “a solidez dos fundamentos da economia” é o que caracteriza um bom governo, *O Estado de S. Paulo* acabou se colocando como um veículo solidário à chegada da “era Bolsonaro” e, obviamente, muito preocupado com o bem-estar das classes e setores sociais mais privilegiados do país.

O dilema em torno das reformas foi tratado pelo *O Globo* a partir de um editorial publicado no dia 2 de janeiro que defendia a pacificação entre os diferentes movimentos, setores e grupos sociais, como forma de facilitar um bom encaminhamento da agenda das reformulações na estrutura econômica do país. A voz institucional assumida neste espaço não se importou com os aspectos problemáticos surgidos na campanha eleitoral de Jair Bolsonaro, ao afirmar que a chegada do novo governo refletia o “saudável princípio democrático de alternância do poder”. Assim, *O Globo* adotou uma concepção simplista de democracia ao naturalizar vários posicionamentos questionáveis por parte de Jair Bolsonaro – o que inclui ataques sistemáticos à própria democracia e aos direitos humanos, especialmente de grupos e movimentos protagonizados por pessoas LGBTQIA+, mulheres, negros e indígenas. De acordo com o jornal, independentemente de quem fosse o ocupante do Planalto, a “solidez da democracia” deveria ser respeitada sempre.

Interessante notar que a defesa das reformas pelos editoriais quase sempre foi acompanhada de uma crítica ao foco de Jair Bolsonaro em questões vistas pelos jornais como morais e ideológicas. No editorial do *O Estado de S. Paulo* publicado no dia 2 de janeiro, o veículo tratou especialmente da posse presidencial. Os discursos oficiais de Jair Bolsonaro foram enquadrados pelo jornal como atos de campanha e não atos de governo. Novamente, o veículo demonstrou insatisfação com as prioridades do presidente, visões que foram interpretadas pelo editorial como “populismo rasteiro” e um desvio aos “reais problemas” do país, ou seja, às “urgentes reformas”. Todavia, a voz autorizada e institucional revelada neste espaço partiu de uma compreensão um tanto simplista sobre o campo político ao considerar que seria necessário – e possível! – fazer um governo estritamente baseado em “ações técnicas”, logo, livre de qualquer cunho ideológico-político. Além disso, a partir deste mesmo editorial, *O Estado de S. Paulo* elogiou o conjunto de medidas no plano econômico executadas quando Michel Temer estava na presidência e ainda enfatizou que Jair Bolsonaro necessitava avançar na retirada do país da crise gerada pelo “lulopetismo”.

Do total de seis editoriais analisados, somente um deles trata centralmente de uma questão específica dentro do conjunto de promessas feitas por Jair Bolso-

naro. Em um dos seus editoriais do dia 1º de janeiro, a *Folha de S. Paulo* criticou o modo como Jair Bolsonaro pensa a questão do porte das armas de fogo. A narrativa contextualizou o pensamento do novo presidente, explicando como a tal "garantia do direito do cidadão à legítima defesa" é constantemente usada como argumento para justificar a posse de armas. A questão foi apontada pelo jornal como controversa e sujeita a contestação jurídica. A posição discursiva assumida pela *Folha de S. Paulo* neste editorial é, do início ao fim, explicitamente crítica à postura armamentista adotada por Jair Bolsonaro. O jornal, inclusive, chega a sublinhar que tal agenda do presidente parecia estar mais movida à ideologia e propaganda do que a estudos e propósitos de política pública. Neste texto, o jornal também destacou a relação entre a circulação descontrolada de armas e o aumento de homicídios e suicídios.

Em síntese, podemos afirmar que os seis editoriais publicados pelos três jornais colaboram para naturalizar posições de Jair Bolsonaro altamente questionáveis pelas lentes da democracia e da cidadania. Isto porque, apesar das breves passagens notadamente alinhadas com a defesa dos direitos humanos, sobretudo na *Folha de S. Paulo*, a abordagem predominante no conjunto geral dos textos alimenta sentidos de esperança e confiança em relação ao então novo governo. Num horizonte narrativo que reduz as complexidades da esfera pública, o discurso opinativo institucional dos impressos acabou por simplificar as tensões e contradições sociais ao defender uma pacificação do país em nome da aprovação das reformas da Previdência e Tributária.

A opinião analítica dos colunistas

A posse de Jair Bolsonaro foi assunto de 23 colunas regulares dos jornais *Folha de S. Paulo* (8), *O Estado de S. Paulo* (4) e *O Globo* (11)². Ainda que tenha havido variações de tom e de número de colunas – quantidade bem menor em *O Estado* comparado à *Folha* e ao *Globo* –, em geral, esses textos acompanharam tanto o enfoque do informativo, que priorizou fontes oficiais e pautas factuais (SILVA, G; SILVA, T; BERTASSO, NUNES, GUSTAFSON e AZEREDO, 2020), quanto o olhar institucionalizado dos respectivos editoriais, como se estivessem em coesão, a representar um discurso sintonizado, com a diferença de serem textos sem o mesmo nível de argumentação e eloquência, porque quase todas as colunas se mostraram construídas à base de observação e comentários superficiais.

Nesse sentido, se *O Estado*, em seu editorial, se colocou favorável à eleição de Jair Bolsonaro, sinalizou positivamente para as reformas, voltou à polarização política que ajudou a delinear no cenário brasileiro e interiorizar no eleitor, não se mostrou tão diferente no enfoque de suas colunas, principalmente nas de Eliane Cantanhêde (2) e de Vera Magalhães. Cantanhêde, uma das principais colunistas do jornal, antes de depositar no novo presidente a expectativa de construção do bem-estar para os brasileiros, alinhavou seu texto do dia 1º reforçando a ideia maniqueísta da tensão, a ser levada por uma “maioria vitoriosa [que] torce para dar certo”, enquanto apenas “só uma minoria da minoria esfrega as mãos para dar errado”. Com críticas à oposição, festejou o novo ano como um novo tempo de esperança para o Brasil. Já na coluna que assinou no dia seguinte à posse, seu texto foi só elogios ao presidente e à primeira-dama, parafraseando em tom de aceite trechos dos discursos, como os princípios liberais na economia, o conservadorismo nos costumes e as guinadas na política exterior, na educação e na segurança. A coluna de Vera Magalhães, por sua vez, também se dedica a apenas relatar passagens da cerimônia de posse, com elogios e nenhuma contextualização, explicação ou sequer perspectivas futuras, limitando-se a criticar nos discursos apresentados pelo presidente o único ponto em geral criticado por todos: que ficaram aquém de uma fala de governo, mantendo o tom de campanha.

²Colunas de notas informativas, como “Coluna do Estadão” e “Painel”, por exemplo, não foram consideradas nesta avaliação, que se voltou para os textos expositivos e argumentativos.

Os colunistas Merval Pereira e Miriam Leitão, de *O Globo*, somaram suas vozes também ao tom conservador com que o jornal encarou e saudou a chegada do novo governo, preferindo ressaltar a importância das reformas, assim como a alternância democrática decidida pelas eleições, a problematizar questões mais polêmicas envolvendo pautas cidadãs e sociais, por exemplo. Ou se limitando a ressaltar a conciliação nacional, como se não tivessem eles próprios contribuído para o discurso da polarização. Ainda assim, para além do tom mais receptivo dos colunistas de *O Estado*, os dois foram capazes de apontar críticas ao novo presidente e levantar alguns alertas. Merval chamou a atenção no dia 1º para a fragilidade da democracia brasileira, representada pelo fato de Bolsonaro ser o terceiro presidente a não receber a faixa de um antecessor eleito pelo voto, para em seguida atribuir a ele a missão da conciliação nacional, necessária para resolver problemas que exigem sacrifícios e “acima das disputas ideológicas vulgares”. Já no dia 2, como fizeram a maioria dos colunistas, preferiu comentar momentos da posse, deixando sua crítica para a ausência de propostas de governo do novo presidente e para duas de suas retóricas: a da ameaça socialista e a da insistência de se manter em guerra com opositores. Miriam Leitão preferiu explicar ao leitor a composição do novo governo, a ser formado por “liberais, fiéis e militares”. Para efetivamente ser liberal, a colunista apontou o obstáculo do “grande rombo fiscal a vencer” e ainda chamou a atenção para muitas contradições das falas e ações do próprio Bolsonaro – como a insistência em dividir o país, quando se esperava conciliação e união.

A voz mais crítica entre os colunistas de *O Globo* é a de Élio Gaspari, mas aqui vale uma observação: seu texto intitulado “O capitão chegou” é o mesmo publicado na *Folha de S.Paulo*, na mesma data. Gaspari escreveu que “a partir de hoje discursos de campanha não servem para nada, pois começou o serviço. Ele demanda eficácia e respeito às instituições” – talvez já antecipando o excesso de desmandos e ataques institucionais que o país veria seu presidente incorrer nos próximos anos. Além de criticar a construção imaginária de um socialismo inexistente, como alertaram outras colunas e editoriais, Gaspari destacou a fala de Bolsonaro sobre a ordem dos costumes e a necessidade de libertar o país do politicamente correto, afirmação que considerou “apocalíptica”. Poucas linhas depois, criticou também os partidos de oposição liderados pelo PT, por boicotarem a “cerimônia republicana da posse”, considerando que a oposição deveria compartilhar o futuro da vida nacional. O Brasil não precisa de mais conflitos, ressaltou, alertando para capítulos recentes da história do país, nos quais polarização semelhante, entre Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda, acabou por levar os militares ao poder.

Também alinhadas com os respectivos editoriais e cobertura do jornal dos dias 1º e 2 de janeiro, as colunas da *Folha de S.Paulo* nessas datas se mostraram mais críticas do que as observadas no *Estado* e em *O Globo*. Os textos que mais questionam Jair Bolsonaro são assinados principalmente pelos jornalistas Marcos Augusto Gonçalves (2), Vinícius Torres Freire, Bruno Boghossian e, novamente, por Élio Gaspari.

Fazendo uso de recursos literários e de muita ironia, pois, conforme aponta Motta (2002, p. 24), “nas colunas, fuge-se do formalismo linguístico da pirâmide invertida, procurando um texto mais alegre, mais solto, mais informal. Pode-se, portanto, fazer literatura [...] pode-se insinuar ou supor, pode-se suspeitar e sugerir. É livre, pois especular”, é dessa maneira que o colunista Marcos Augusto Gonçalves lança mão do humor para tecer suas críticas ao novo presidente. Em sua coluna, a trajetória do governo de Jair Bolsonaro, chamado de “fenômeno eleitoral populista”, é comparada a uma série de TV, com temporadas e os núcleos dramáticos econômico, político, familiar e militar. Depois de especular sobre o envolvimento dos personagens de cada núcleo, com os militares despertando

“temores sobre um hipotético golpe”, a conclusão é de que “o verdadeiro drama não é nenhuma ficção”.

Outro texto do colunista Marcos Augusto Gonçalves chama a atenção ao fazer uma comparação entre Bolsonaro e Trump. Convém ressaltar aí a afirmação de um temor que não apareceu em outros textos, sobre a índole antidemocrática do bolsonarismo. Segundo o colunista, muitos imaginavam que seu governo pudesse ser a antessala do golpe. Talvez não um golpe no modelo daqueles do século 20, com a presença forte dos militares, mas uma escalada autocrática como se viu em outros países neste século.

Também a *Folha* foi o jornal que demonstrou maior criticidade quanto ao risco, por parte de Bolsonaro, de construir e combater seus chamados inimigos – os petistas, marxistas, abortistas, LGBTQIA+, e outros grupos que, para ele, supostamente ameaçam a família brasileira e os valores morais. Trata-se da coluna de Vinicius Torres Freire, que traz como ideia central do texto a promessa feita por Bolsonaro de purificação nacional e retorno de tradições supostamente pervertidas por ideologias. “Ao dar valor à família, às ‘religiões e nossa tradição judaico-cristã’, ao ‘combater a ideologia de gênero’, o Brasil voltará a ser ‘livre das amarras ideológicas’. ‘Ideologia’ e variantes aparecem nove vezes nos dois discursos, quase tanto quanto Deus (12 vezes)”, escreveu o colunista.

Ao mesmo tempo em que Bolsonaro repetiu exaustivamente as duas palavras, Vinicius Torres Freire chamou a atenção para a menção a políticas de bem-estar social em apenas um parágrafo. A recuperação da economia, promessa do candidato e demanda de tantos setores que o apoiaram, figurou em apenas 10% do discurso no Congresso. “Palavras de conciliação e união nacional ocuparam pouco mais do que uma frase”, ressaltou. Talvez o ponto mais importante do seu artigo seja o final, em que ele considerou que Bolsonaro foi coerente, mostrando a que veio durante a posse, continuando a acionar as matrizes discursivas que sempre utilizou.

No conjunto dos três jornais, considerando-se o que prevalece, percebe-se que os colunistas, ainda que existam críticas pontuais, foram vozes que se mostraram conciliadoras com Bolsonaro, corroboraram a expectativa positiva em relação ao novo governo, apesar dos alertas para possíveis riscos à democracia. Ao não se aprofundarem em suas análises, preferindo ressaltar passagens como usar caneta Bic para assinar termos de posses, ou o fato de o presidente estar muito no Twitter, por exemplo, em vez de discutir a fundo efeitos e consequências da liberação de armas, do desequilíbrio das contas, dos riscos à democracia, das contradições apresentadas etc., o que se observa com essas escolhas são opções por silenciamentos. E, nesses casos, o que é silenciado acaba dizendo muito.

A opinião dos articulistas convidados

Pela análise dos 15 artigos publicados no dia da posse e no dia posterior à posse presidencial pelos jornais *Folha de S. Paulo* (5), *O Estado de S. Paulo* (6) e *O Globo* (4), podemos afirmar que os articulistas foram complacentes com Jair Bolsonaro e reafirmaram o sentimento de esperança com a entrada do novo governo. A *Folha de S. Paulo* foi o veículo que apresentou em seus artigos perspectivas mais diversas e mais críticas sobre o futuro do país. Mesmo assim, o tom esperançoso estava presente nos textos. Até mesmo Ciro Gomes (PDT-CE), candidato que disputou o pleito no primeiro turno, afirmou em seu artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, que torcia “genuinamente para que as coisas possam melhorar e até acho que melhorarão, mas modestamente”.

Tomado pelo sentimento de esperança, o psicanalista Paulo Sternick destaca em seu artigo em *O Globo* que a cada início de governo se espera um futuro melhor. Segundo ele, as pesquisas refletem o clima de otimismo do brasileiro com o governo de Jair Bolsonaro. O economista Joel Pinheiro da Fonseca afirmou na

Folha que estava “cautelosamente” otimista com a economia em 2019, mas preocupado com os desafios culturais e políticos. Desafios esses que demandariam engajamento de todos em prol do bem comum. Esperança com a nova política externa também foi motivo de elogios em um dos artigos publicados na *Folha*, no dia 1º. Na opinião de Márcio Coimbra, estrategista político e coordenador da pós-graduação em relações Institucionais e Governamentais Mackenzie – Brasília, a visita de Eduardo Bolsonaro, filho do presidente, aos Estados Unidos, era um indicativo de maior abertura do Itamaraty. Tal abertura se referia a uma aproximação aos “valores ocidentais, para a promoção da democracia e a condenação de ditaduras brutais e a busca de uma inserção econômica competitiva, privilegiando parceiros que podem ajudar no nosso desenvolvimento”. Criticando o chamado “globalismo”, defendeu que a política externa precisava buscar o interesse nacional livre de ideologias.

O tema das ideologias esteve presente nos artigos publicados principalmente no dia 2 de janeiro, com a maioria deles criticando o tom ideológico dos discursos de posse no Palácio do Planalto e no Congresso. A principal argumentação dos articulistas sobre o tema foi que Jair Bolsonaro não estava mais em campanha, mas ocupando o posto mais importante do país, que demanda grande responsabilidade. É possível perceber nos textos a tendência em se acreditar na possibilidade de mudança de postura do presidente, pois os tais discursos de campanha estavam sendo tolerados e inseridos pelos articulistas dentro do jogo democrático.

Ao criticarem o tom ideológico do discurso de Bolsonaro e o estabelecimento de inimigos da nação, mas indicarem certa fé na possibilidade de mudança do presidente ou tratarem certos temas como da ordem dos “costumes”, sem grande importância estrutural para o país, os articulistas foram condescendentes com a manutenção da violência simbólica que se reflete em violência física e leva tantas pessoas à morte diariamente. Ao considerar pautas de “costumes” o ataque aos direitos humanos, aos direitos das mulheres, das pessoas negras, da população LGBTQIA+, frequentemente atacadas por Jair Bolsonaro, antes e depois de se tornar presidente, os especialistas em diferentes áreas, escolhidos pelos jornais para opinarem sobre o começo do novo governo, subalternizaram assuntos cruciais para a construção da democracia e de uma sociedade menos desigual.

Ao utilizar a perspectiva psicanalítica e aludindo a Sigmund Freud, o articulista Paulo Sternick afirmou que, se uma nação não arruma as contas, a possibilidade de calote assombra, o dinheiro necessário ao investimento, emprego e renda simplesmente some. Por isso, se faz necessário romper com a sombra e ver a realidade. Realidade esta que implica reforma da Previdência e ajustes das contas públicas. Garantindo que sem as reformas o país iria quebrar, outro articulista, o deputado federal Silvio Costa (Avante-PE), recomendou, também em *O Globo*, que a esquerda fizesse um curso de contabilidade pública.

O *Estado* trouxe, entre os poucos artigos opinativos daquelas duas edições, alguns temas sem referência direta com a posse – um sobre necessidade de revisão dos subsídios do setor elétrico; outro sobre a importância do setor da construção para a economia brasileira, do capital privado, da falência do sistema público; mais um sobre o novo modelo de assistência na saúde filantrópica, e um último sobre o cemitério de processos físicos arquivados no Judiciário. Dois textos discutiram o que esperar de Paulo Guedes no ministério da Economia e de Sérgio Moro no ministério da Justiça e Segurança Pública. O desafio da reforma da Previdência e do combate à criminalidade foram centrais na argumentação. Em resumo, a cobertura sobre o novo governo não foi um tema privilegiado na maioria dos artigos do veículo, a não ser pelas reivindicações que os diferentes setores apresentaram em seus textos, como a saúde filantrópica, da construção civil e do setor elétrico.

Já a *Folha* mesclou a demanda econômica com temas variados envolvendo Bolsonaro. Abordando a reforma da Previdência, mas em perspectiva mais com-

plexa, tratando de pontos específicos da mudança, Oded Grajew, presidente do conselho deliberativo da Oxfam Brasil e idealizador do Fórum Social Mundial, critica a idade mínima proposta para a aposentadoria, de 65 anos. Se apoia em dados do Mapa da Desigualdade em São Paulo, os quais mostram que nos bairros mais pobres a idade média ao morrer é inferior a 65 anos. Já a média dos bairros mais ricos de São Paulo chega a 75-80 anos. Se aprovada esta proposta de reforma, a fixação da idade mínima reforçaria essa desigualdade.

Mais importante do que o destaque dado à necessidade urgente de mudanças econômicas, de “liberalizar” o Brasil, algo agora possível com o novo governo, foi observar o que foi esquecido pelos autores dos artigos nos jornais: os riscos sociais e contra democracia que Bolsonaro sempre representou. De forma geral, a defesa das reformas estruturantes, da venda de estatais e do enxugamento da máquina pública foi a tônica dos articulistas escolhidos pelos três veículos. Esperançosos com o governo iniciante. Os autores dos artigos não se mostram incomodados com os constantes ataques de Jair Bolsonaro às majorias minorizadas socialmente, nem tampouco com seu flerte nada discreto com o autoritarismo. Todos eles desconsideraram o passado de Bolsonaro e sinalizaram para os leitores dos jornais as suas expectativas e confiança na mudança de postura do futuro governante, que sairia da posição de candidato em campanha para a de presidente do país. Presidente que faria as reformas consideradas por eles como inadiáveis.

Considerações finais

Os espaços opinativos dos jornais, de modo mais livre e com mais potência, deveriam expressar posicionamentos e interpretações. Diante da pluralidade de textos opinativos, a expectativa é a de que – por perspectivas e lugares de poder de diferentes autores a redigir editoriais, a falar em suas colunas e assinarem artigos diversos – tais leituras dos acontecimentos do tempo presente sirvam para orientar e ajudar os leitores a se localizarem na realidade social que os cerca. A análise da cobertura opinativa sobre a posse do presidente Jair Bolsonaro expressa em editoriais, colunas e artigos nos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, nos dias 1º e 2 de janeiro de 2019, revela como esta expectativa não se cumpriu.

O discurso opinativo institucional dos impressos, em seus editoriais, escondeu tensões e contradições sociais em nome de suposta pacificação para a aprovação das reformas da Previdência e Tributária. Também os colunistas, de modo geral, centraram sua atenção numa conciliação tomada como necessária após a campanha tida como muito polarizada, e também necessária, claro, para a realização das reformas econômicas. Com isso eles reforçaram uma perspectiva positiva e esperançosa em relação ao novo governo. Os textos cravaram um voto de confiança acrítico no novo governante. E não foi outra a posição dos articulistas em sua maioria, mais preocupados com as reformas vistas como urgentes. As opiniões da maior parte dos artigos voltaram seus olhos para o enxugamento do Estado, as reformas da Previdência, Administrativa e Tributária. Em favor das medidas neoliberais prometidas e desejadas, apostaram na mudança de atitudes e falas de Bolsonaro, que sairia da posição de candidato em campanha na luta contra seus inimigos todos, de petistas à “ideologia de gênero”, para o lugar de presidente da nação brasileira. Aposta ingênua ou oportunista, se observarmos com os olhos de agora, passados mais de três anos de governo executivo em ação.

Para além da questão armamentista, comentada superficialmente em muitos destes textos opinativos, viu-se raríssimas críticas e preocupações na quase totalidade das opiniões políticas publicadas naqueles dias. Eles minimizaram todos os sinais emitidos com clareza por Jair Bolsonaro não só no período da campanha

eleitoral como nos discursos de posse e em toda a sua trajetória política e familiar. Fez-se, nestes textos de opinião, vista grossa para as consequências perigosas da liberação de armas, das ligações familiares com as milícias, dos danos para a política ambiental, educacional e cultural, dos estragos possíveis nas relações internacionais, dos riscos para as populações indígenas, quilombolas, para os negros, as mulheres, o movimento LGBTQIA+, os jovens das periferias. Sequer aventou-se a grande probabilidade de retrocessos. Não se falou de desigualdade social, a grande questão brasileira – sempre apagada pela questão da corrupção e sua bandeira de circunstância. Mais grave, pouquíssimo foi destacado sobre os arroubos de autoritarismo de Bolsonaro e seus repetidos ataques, desde muito antes, ao regime democrático de direito. Como nas coberturas da campanha, não o nomearam como governo de extrema direita.

Pode-se afirmar, por este estudo, que os espaços de opinião dos três principais jornais do país foram desperdiçados. Não utilizaram de suas potencialidades. Repetiram informações amplamente divulgadas pela cobertura informativa nos dois primeiros dias de janeiro, com foco muito restrito no factual. Fincaram pé no “aqui está o que aconteceu” e não se deram ao trabalho de dizer aos leitores “aqui está o que isso significa”. Preferiram descrever a opinar. Este, o desperdício. Não quiseram fazer o exercício de compreensão do “acontecimento jornalístico posse presidencial” e ajudar seus leitores a avaliar que governo era aquele que se iniciava. Com pouquíssimas exceções, deixaram de trazer diferentes perspectivas, análises, interpretações e sinalizações do que tínhamos pela frente.

Interessante poderá ser uma análise de colunas políticas e editoriais publicados nos dias de hoje por estes mesmos veículos para se confirmar o que parece ser uma guinada brutal no entendimento a respeito do governante Bolsonaro. Não pela surpresa de como o governo do presidente se saiu após a posse, no decorrer agora desses quase quatro anos vividos sob seu mandato, mas como se o jornalismo opinativo destes jornais tivesse sempre sabido que seria assim.

Referências

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder: uma análise da mídia**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

EILDERS, Christiane. Synchronization of issue agendas in news and editorials of the prestige press in Germany. **The International Journal of Communications Research**, v. 24, n. 3, p. 301-328, 1999.

FIGUEIRAS, Rita. O espaço opinião na imprensa de referência portuguesa: 1980-1999. **Media & Jornalismo**, n. 2, ano 4, 2003, p. 89-112. Lisboa, Portugal.

FIRMSTONE, Julie. Editorial Journalism and Newspapers' Editorial Opinions. **Oxford Research Encyclopedia of Communication**, 2019. (<https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228613.013.803>)

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: **Estética, Literatura e Pintura, Música e Cinema**. Manoel Barros da Motta (Org.). Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. (Ditos e Escritos; III). p. 264-298.

GOMES, Wilson. Opinião pública e jornalismo: o que quer dizer hoje opinião pública política? In: **Jornalismo, fatos e interesses, ensaios de teoria de jornalismo**. Florianópolis: Editora Insular, 2009. Série Jornalismo a rigor, v.1.

KELLING, Kimberly; THOMAS, Ryan J. The roles and functions of opinion journalists. **Newspaper Research Journal**, 2018. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0739532918806899>. Acesso em: 15 ago. 2021.

LEITE JUNIOR, E. F. **O método de apuração de notícias no gênero opinativo sob a ótica da objetividade**: um estudo deontológico da coluna Giro, de O Popular. 2019. 204 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

LINARES RODRÍGUEZ, V. La columna periodística. In: SANCHÉZ CALERO, Maria Luísa (ed.). **Géneros y discurso periodístico**. Madrid, Espanha: Editorial Fragua, 2011. p. 103-131.

MAIA, Rousiley C.M. Visibilidade midiática e deliberação Pública. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. **Comunicação e democracia**: problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil; SANTOS, Deivison Henrique de F.; MONT'ALVERNE, Camila; FERRACIOLI, Paulo. A atuação do jornalismo editorial no escândalo JBS: uma análise comparativa sobre os jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. **Revista Brasileira de Ciência Política**. n. 33. Brasília: UnB, 2020. p. 1-39.

MONT'ALVERNE, Camila; MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. A opinião da empresa no Jornalismo brasileiro: Um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Florianópolis: UFSC, 2015.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Imprensa e poder**. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (Org.) **Imprensa e poder**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 13-28.

MEYER, Philip. **A ética no jornalismo**: um guia para estudantes, profissionais e leitores. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

RIVAS TROITIÑO, J. M. El editorial, la opinión institucional del médio. In: SANCHÉZ CALERO, Maria Luísa (ed.). **Géneros y discurso periodístico**. Madrid, Espanha: Editorial Fragua, 2011. p. 183-196.

THOMAS, Ryan J. Opinion Columns. **The International Encyclopedia of Journalism Studies**, 2019. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/9781118841570.iejs0212>. Acesso em: 15 ago. 2021.

SILVA, Gislene; SILVA, Terezinha; BERTASSO, Daiane; NUNES, Valentina; GUSTAFSON, Jéssica; AZEREDO, Diana de. Análise da apuração jornalística na cobertura da posse de Jair Bolsonaro. **Revista Novos Olhares**, v.9, n.2, ago-dez 2020.